

MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UMA LEITURA INTERSECCIONAL DOS DADOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EDNALVA BEZERRA (2021-2022)

Géssica Almeida de Freitas¹;

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba. Bolsista CAPES.

<http://lattes.cnpq.br/7627824620085434>

Aryuska Aryelle Santos Sousa da Silva²;

Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB), Cabedelo, Paraíba.

<http://lattes.cnpq.br/0321348634059477>

Reneé Giselle Drezett Ferreira³;

Escola Superior dos Magistrados (ESMA), Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), João Pessoa, Paraíba.

<https://lattes.cnpq.br/2259959941386545>

Ana Carolina Gondim de Albuquerque Oliveira⁴.

Unipê Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), João Pessoa, Paraíba. Bolsista CAPES.

<http://lattes.cnpq.br/2001302787035835>

RESUMO: Esta pesquisa objetivou analisar as reciprocidades constitutivas observadas nas situações de violência doméstica, familiar e sexual das usuárias do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra. A amostra foi composta por 268 fichas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Para tratar os dados, utilizou-se o Statistical Package Social Science (SPSS) e constatou-se o contexto de vulnerabilidade socioeconômica das mulheres vitimadas pela violência e que há uma relação entre a violência e a classe, a raça, o território (dentre outros) à qual pertencem, transformando-se em categorias indissociáveis, criando uma interface entre elas, através da qual se desdobra a desigualdade e opressões cruzadas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de gênero. Interseccionalidades. Vulnerabilidade econômica.

WOMEN IN SITUATIONS OF VIOLENCE: AN INTERSECTIONAL READING OF DATA FROM THE EDNALVA BEZERRA WOMEN'S REFERENCE CENTER (2021-2022)

ABSTRACT: This research aimed to analyze the constitutive reciprocities observed in situations of domestic, family, and sexual violence experienced by the users of the Ednalva Bezerra Women's Reference Center. The sample consisted of 268 records from the Information System for Notifiable Diseases. The data was processed using the Statistical Package for Social Science (SPSS), revealing the socioeconomic vulnerability of women victimized by violence and showing that there is a relationship between violence and class, race, territory (among others) to which they belong, turning them into inseparable categories, creating an interface through which inequality and intersecting oppressions unfold..

KEYWORDS: Gender violence. Intersectionalities. Economic Vulnerability.

INTRODUÇÃO

O Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB) é um serviço essencial que tem por objetivo fortalecer e resgatar a cidadania das mulheres (Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres - PNEVCM, 2011), atuando no atendimento às mulheres em situação de violência (heterossexuais e homossexuais), sendo mulheres cis ou trans, maiores de 18 anos, realizando encaminhamentos, quando necessário, a outros serviços da rede de atendimento especializado. A atuação do CRMEB impulsiona as mulheres na busca por direitos fundamentais, como saúde, assistência social, trabalho e renda, contribuindo para os processos de emancipação, justiça, exercício de cidadania e, finalmente, rompimento do ciclo da violência.

OBJETIVO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar as reciprocidades constitutivas observadas nas situações de violência doméstica, familiar e sexual das usuárias do CRMEB, entre os anos de 2021 e 2022, de modo a caracterizar o perfil dessas mulheres. Este trabalho se justifica em razão da necessidade de estudos e análises sobre os marcadores que compõem os mais variados aspectos da violência de gênero, sobretudo da violência contra as mulheres, como fenômeno social, cujas sujeitas não podem ser compreendidas de modo descontextualizado. Portanto, se faz necessário uma leitura a partir da interface de categorias, tais como: território, raça, classe social, gênero, escolaridade, ocupação, dentre outros.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à investigação científica a partir de dados públicos, baseando-se nas estatísticas, bem como nos indicadores sociais. Estes indicadores, tanto instrumentalizam as demandas de grupos organizados quanto

oferecem aos técnicos e gestores uma representação estruturada passível de ser avaliada comparativamente com outras demandas concorrentes. Diante disso, este trabalho almeja ofertar subsídios para a implementação de políticas públicas de modo que haja tanto a ruptura do ciclo da violência quanto a garantia da saúde e dignidade desta vítima.

METODOLOGIA

A partir da lógica indutiva, empreendeu-se uma pesquisa do tipo quantitativa, documental e descritiva, utilizando os dados das mulheres em situação de violência atendidas no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB), de João Pessoa, do período de janeiro de 2021 a julho de 2022 (19 meses).

As informações foram disponibilizadas pela Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres de João Pessoa - PB, órgão público ao qual o CRMEB está vinculado. O corpus da pesquisa se constituiu das variáveis contidas no formulário do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). As variáveis foram submetidas à análise estatística descritiva com uso do Statistical Package Social Science (SPSS), versão 20.0 for Windows (Bruni, 2012).

Também foi realizado levantamento bibliográfico através de fontes científicas, utilizando os descritores: "centro de referência da mulher", "violência doméstica", "violência contra mulher", "violência e interseccionalidades", "divisão sexual do trabalho e interseccionalidades" e "violência e saúde mental".

A análise bibliográfica foi composta por 22 referências publicadas entre 2006 e 2022. Por fim, criou-se as categorias de análise, que serão apresentadas nos resultados e discussão, e foram fundamentadas no conceito de interseccionalidades, que na atualidade, é um ponto de vista político da produção de identidades e formação de estruturas sociais que não podem escapar da articulação entre as diferentes categorias sociais. Ou seja, é um instrumento analítico utilizado para estudar, compreender e responder ao cruzamento de gênero com outros fatores que vão potencializar práticas singulares de opressão e privilégio, simultaneamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No CRMEB, durante o período de janeiro de 2021 até julho de 2022 foram atendidas 268 mulheres em situação de violência doméstica, intrafamiliar e/ou sexual. A faixa-etária majoritária destas mulheres, está compreendida entre os 21-60 anos e representada na tabela 01:

Tabela 01 – Faixa etária das usuárias do CRMEB

Faixa etária	Frequência	Percentual
21-30 anos	74	27,6%
31-40 anos	73	27,2%
41-50 anos	74	27,6%
51-60 anos	20	7,5%

Fonte: Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres - SEPPM/PMJP.

Com relação à categoria raça/cor da pele, observa-se que a maioria das pessoas atendidas são mulheres pardas (39,6%) e negras (22%), representando 61,6% do total da amostra estudada. As mulheres autodeclaradas brancas, correspondem a 26,5% das usuárias.

Sobre o nível de escolaridade, são mulheres que tiveram algum acesso à educação, visto que 31,3% afirmaram possuir ensino superior, e, no mesmo percentual, ensino médio. Ainda pôde ser observado que 10,8% das mulheres afirmaram possuir o Ensino Fundamental. Contudo, é importante ressaltar que 26,5% da amostra não respondeu a essa questão.

Com relação ao território, 94,4% (253 mulheres) residem em João Pessoa. Na tabela 02, estão os 09 (nove) bairros de maior prevalência, dos quais 06 (seis) estão localizados em regiões consideradas periféricas da cidade, que somados atingem 29,9% das usuárias.

Tabela 02 – Localidade das usuárias do CRMEB

Bairro	Frequência	Percentual
Bancários	19	7,1%
Bessa	15	5,5%
Colinas do Sul/Gramame	18	6,7%
Cristo	12	4,4%
Cruz das Armas	12	4,4%
Indústrias	9	3,3%
Jaguaribe	10	3,7%
Mangabeira	20	7,4%
Valentina	10	3,7%

Fonte: Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres - SEPPM/PMJP.

O perfil das usuárias do CRMEB, sintetizam a interseccionalidade ou "reciprocidades constitutivas", que, nos termos de Efreim Filho (2017), é a interdependência entre raça, gênero, classe social, idade, nacionalidade, territorialidade, escolaridade, capacidade, dentre outros marcadores sociais, oriundos, também, das relações de poder, para análise dos fenômenos sociais. Em outras palavras, é uma proposta de levar em conta as múltiplas fontes da identidade que constituem o sujeito social (Collins, 2021).

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido denominada de diversas maneiras: discriminação composta, cargas múltiplas, dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ou seja, almeja compreender a maneira pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades que estruturam a posição das mulheres, dos negros, dos pobres, dentre outras pessoas como se ocorresse uma sobreposição, que se entrecruzam (Collins, 2021). Nesse sentido, como uma ferramenta analítica que se volta à compreensão de como os sistemas de poder repercutem nos grupos sociais marginalizados (Oliveira, 2022).

Na situação de violência, o gênero não é o único fator de discriminação. Essa interface marca o grau ou situação de vulnerabilidade social ocasionada pelas várias formas de violência a que estas pessoas estão submetidas, inclusive, a articulação dessas categorias com a própria violência. Cabe salientar que são nessas confluências que se constituem os aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento e da vulnerabilidade (Akotirene, 2019).

As mulheres racializadas (61,6% da amostra), bem como outros grupos marcados por múltiplas opressões e desigualdades, geralmente, encontram-se em espaços onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se localizam. Desse modo, devido às suas identidades específicas, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias, inclusive com cruzamentos, e este tráfego deve ser negociado.

A interseccionalidade também é vista como instrumento combativo das opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política. É nesse sentido que Collins (2021) a considerou simultaneamente um projeto de conhecimento e uma arma política. Partindo da perspectiva de sistemas de opressões interligados, é preciso pensar conjuntamente as dominações, a fim de, justamente, não contribuir para sua reprodução (Akotirene, 2019). Oliveira (2022) afirma ainda que a interseccionalidade se faz presente em vários processos e estruturas sociais, para além de uma metodologia, de uma ideia ou de uma visão de mundo. A autora alerta que o Estado é atravessado por relações e conflitos de classe, raça, gênero, sexualidade e que, na experiência concreta, não há como dissociá-los.

A partir dos dados apresentados, percebe-se que um notável percentual das personagens atendidas no CRMEB se encontram em situação de vulnerabilidade social e possuem o seguinte perfil: jovens, pardas e negras, e periféricas. Ou seja, há uma relação entre a violência sofrida pelas mulheres à classe, à raça, e ao território à qual pertencem, transformando-se em categorias indissociáveis, e criando uma interface entre elas, através da qual se desdobra a desigualdade e opressões cruzadas. Essas categorias analisadas e a sua interseccionalidade estão postas nos dados deste estudo e subsidiam a compreensão acerca de que forma situações de violência sobrepostas e intercruzadas a tais marcadores sociais potencializam negativamente a vulnerabilidade social das mulheres estudadas.

Trata-se de marcadores que podem contribuir para o (in)sucesso das mulheres romperem o ciclo de violência.

Desempregadas e subempregadas: a divisão sexual do trabalho

Outro marcador bastante relevante é o contexto referente ao emprego e geração de renda. Com relação a ele, constatou-se que percentual significativo apresentou ausência de dados referente ao trabalho (27,6%). Esse dado pode revelar, ora a vergonha de não conseguir quebrar o ciclo, apesar da independência financeira, por medo dos julgamentos sociais, ora a vergonha de verbalizar a vulnerabilidade social na qual se vive além da situação de violência. Ademais, se verificou que há um percentual de 24,3% que confirmaram estar desempregadas. É imperioso ressaltar que o desemprego pode colocar a mulher em situação de dependência econômica, inclusive, do seu agressor – fato que dificulta a ruptura do ciclo da violência. Os percentuais destas duas categorias somam 51,9%, ou seja, mais da metade das usuárias do CRMEB encontram-se em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

No que tange às atividades desenvolvidas, dentre as de maiores percentuais destacam-se: trabalho doméstico (remunerado ou não), estudante (estagiária e jovem aprendiz), autônoma, aposentada, trabalhadoras na área de beleza e estética (esteticista, design de sobrancelhas, depiladora e cabeleireira), da enfermagem (superior, auxiliar e técnica), da educação (professora, educadora e monitora), profissionais da cozinha (auxiliar, cozinheira e merendeira) e cuidadora. O percentual dessas variáveis soma 28,5% das atividades desenvolvidas pelo público-alvo da pesquisa.

Estudos de gênero e trabalho compartilham a compreensão de que a divisão sexual do trabalho atravessa as relações sociais e é fundamental na sua organização. É relevante situar que, no debate teórico que referenciou as análises sobre gênero e trabalho nas últimas décadas, foi entre as abordagens feministas marxistas que essa aproximação ganhou maior atenção (Biroli, 2018).

A partir da proposta teórica marxista acerca da centralidade ontológica do trabalho como fundante do ser social, é imprescindível tornar evidente que o patriarcado e o racismo são sistemas estruturantes consubstanciados e coextensivos ao capitalismo (Cisne & Santos, 2018). O trabalho, embora central na construção da vida social humana, não traduz sua totalidade, uma vez que as relações sociais de gênero, de raça e de classe são estruturantes e indispensáveis nesta perspectiva. Ou seja, é tecido um sistema de dominação e exploração chamado patriarcal-racista-capitalista (Barroso, 2018). Essa simbiose é visivelmente funcional para a produção e a reprodução do capital. Também são basilares para a compreensão da exploração e a intensificação da força de trabalho, sobretudo das mulheres pardas, negras e periféricas, perfil destacado de mulheres neste estudo.

Na perspectiva da divisão sexual do trabalho, o trabalho social decorre das relações sociais de gênero, esta que é modulada histórica e socialmente. Para o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP (2018), umas das características centrais é a designação do homem à esfera produtiva e pública, quanto às mulheres à esfera reprodutiva e privada. Ou seja, é tecida uma lógica, inclusive hierárquica, que preconiza o que é trabalho de homem e trabalho de mulher. Por conseguinte, há uma valorização do trabalho dito masculino em detrimento ao trabalho feminino. Nesse sentido, são conferidas às mulheres atividades de baixo prestígio social (desvalorizados), as mais precarizadas, de menor remuneração e, muitas vezes, ainda sob o risco de assédio moral e sexual. No entendimento de Bona (2019), as mulheres são relegadas a um plano inferior ao do homem no mundo do trabalho, cuja informalidade, desproteção social e processo de feminização da pobreza crescem com as conjunturas sociopolíticas vigentes.

Outra categoria de trabalho realizado, quase sempre pelas mulheres, também permeado pela precarização, desvalorização e invisibilidade social é o trabalho de cuidar de outras pessoas. Todavia, não é apenas o gênero que gera opressão. Classe social e a raça são meios igualmente utilizados para identificar quem pratica o cuidar. A causa da desvalorização do trabalho do cuidar está relacionada à continuidade da desvalorização do trabalho doméstico e de cuidado, no âmbito da família, executado gratuitamente pelas mulheres.

É importante ressaltar a problemática das duplas e triplas jornadas de trabalho realizadas pelas mulheres. As atividades desempenhadas no ambiente público (trabalho remunerado e atividades de educação/profissionalização) são somadas às tarefas domésticas, bem como às de cuidado com outras pessoas (filhos/idosos/deficientes). As tarefas da esfera privada são consideradas como trabalho improdutivo, não remunerado e vistas como "atributos naturais, extensões de habilidades próprias do gênero feminino - são consideradas dons" (Cisne, 2012, p. 122). É por meio desse trabalho, invisibilizado e desvalorizado socialmente, realizado pelas mulheres dentro de casa, que a reprodução do capital é mantida.

No contexto cultural vigente, o sistema patriarcal-racista-capitalista atinge, sobremaneira, a cidadania das mulheres. Todavia, de maneira potencialmente negativa, as mulheres em situação de violência, seu contexto de vulnerabilidade social é agravado. É preciso considerar que as mulheres não possuem a mesma condição (igualdade) de inserção no mundo do trabalho, o mesmo acesso a bens, recursos, oportunidades e poder. Tal fato, por conseguinte, compromete diretamente a sua saúde. Esse contexto é um terreno fértil para uma situação de dependência econômica, e subalternização. Isso é refletido na permanência das mulheres em relações violentas e nas consequências nocivas à sua integridade física, psicológica e moral (Parizotto, 2019).

Nessa perspectiva, é possível observar a atuação dessa lógica perversa (sistema patriarcal-racista-capitalista) na vida profissional das mulheres atendidas no CRMEB, cujo

percentual mais significativo está desempregado e as que estão desenvolvendo algum tipo de trabalho remunerado, além de apresentar baixa remuneração, estão exercendo ocupações socialmente desvalorizadas. Percebe-se que essas mulheres estão envoltas na domesticidade feminina posta e reafirmada socialmente. Por outro lado, uma parcela desse público está vivenciando as marcas da invisibilização, desvalorização e exploração da sua força de trabalho.

Bona (2019) afirmou que não são apenas as mulheres cujo contexto social de pobreza material estão assujeitadas a sofrer violência doméstica, na medida em que se trata de fenômeno que atinge indistintamente qualquer classe social. A diferença consiste na possibilidade de saída desse contexto (ciclo da violência), pois as que possuem maior escolaridade e rendimentos têm chances, igualmente, maiores de transpor um relacionamento abusivo, violento, sem a necessidade de programas de geração de trabalho e renda disponibilizados pelo Estado.

Contudo, ao interseccionar seu perfil social de vulnerabilidade à dependência econômica das mulheres em situação de violência, considerando as relações desiguais de gênero fundamentadas no patriarcado e a convergência com capitalismo, é imperiosa a disponibilização às mulheres de mecanismos que possibilitem romper o ciclo de violência. É preciso garantir atenção básica à saúde, fomentar autonomia econômica, oportunidades de trabalho e renda para, assim, se alcançar os processos de emancipação, exercício de cidadania e, finalmente, rompimento do ciclo da violência.

Da violência ao sofrimento mental: mulheres objetificadas e silenciadas

Com relação à motivação da violência, observou-se que 37,3% (100 casos) reconhecem que a origem é o sexismo. Sobre o local onde ocorreu a violência, 85,4% (229 dos casos) se deu na própria residência e 67,2% afirmam que a violência já havia acontecido outras vezes. Dentre os tipos de violência, a prevalente é a psicológica (88,8%), seguida da violência física (60,8%) e da patrimonial/financeira (45,1%). A problemática da violência sexual representa 32,5% da amostra. Destes casos, 21,6% foram estupro e 7,8% assédio sexual.

Sobre os meios de perpetrar a violência, verificou-se que 60,4% foram através de ameaça e 37,7% por força corporal. Sobre os autores da violência, 91% (244 casos) são do gênero masculino. A respeito do vínculo do agressor com a vítima, tratava-se de pessoas próximas, sendo em 35,1% dos casos o cônjuge; 23,1% o namorado; 7,5% o filho; 6,3% o ex-namorado, 4,9% o pai e 4,5% o irmão.

A partir da década de 1980, os movimentos feministas provocaram o Estado quando da reivindicação dos direitos das mulheres e da providência de políticas públicas de justiça de gênero, oportunizando notoriedade à temática (Ribeiro, Nogueira & Magalhães, 2021). Porém, ainda é perceptível a visão da mulher enquanto propriedade masculina (pais e

maridos), além da violência doméstica, familiar e sexual arraigada em teorias machistas, nas quais as mulheres são consideradas objetos.

A mulher submetida a tais violências se sente culpada por não conseguir manter um relacionamento harmonioso e aprende a não reagir, tornando-se passiva (CNMP, 2018). No viés social, se depara com julgamentos e juízos de valor sobre sua índole, caráter, pudor e até inteligência por se submeter a alguma das diversas formas de violência. A teoria do desamparo aprendido pauta-se na premissa de que a transmissão intergeracional da violência se dá por meio de aprendizagem social. Pressupõe que os adultos reproduzem atitudes e comportamentos observados durante a infância, ou seja, os pais modelam esse comportamento violento para a criança que, mais tarde, imita a conduta e a replica a seus próprios relacionamentos na adolescência e idade adulta. Assim, crianças e adolescentes que observam comportamentos violentos dos pais ou responsáveis estão mais propensos(as) a terem atitudes violentas na vida adulta, ou mesmo, a se habituar à violência (naturalização). Aprende-se que os que amam ou são amados são também os que agredem. E que a agressão é comportamento aceitável. Sendo a violência permissível quando outros recursos não funcionam (Santos, 2021). Significa dizer que a naturalização da violência é internalizada como um fenômeno inquestionável, intrínseco à condição da mulher.

Ademais, os contextos de vulnerabilidades sociais potencializam a autculpabilização (Brito, 2020), em processo que se retroalimenta, pois, ao sentir-se sozinha e sem apoio, portanto, fragilizada emocionalmente, a autculpabilização é majorada. Esta mulher internaliza que o agressor está certo e ela errada, mesmo não sabendo onde errou, tendendo a apresentar atitude passiva diante da situação. Trata-se de um mecanismo de defesa para assegurar, supostamente, sua integridade psicológica. Contudo, nem sempre isso é possível. As consequências psicológicas da violência podem ser mais sérias do que as físicas, visto que os efeitos da violência psicológica são cumulativos e persistem por anos após o evento. Seus efeitos são exacerbados pelo fato de o agressor ser um conhecido íntimo, o que aumenta a sensação de vulnerabilidade, traição e falta de esperança.

Dentre os prejuízos mentais, há a ideação suicida, perda de autoestima, depressão, fobias, pesadelos, crises de angústia, psicoses, medo de relações sexuais (CNMP, 2018), dificuldades na concentração e na clareza de pensamento, sensação de irrealidade, dificuldades na compreensão e interpretação de informações, confusão mental (Santos, 2018). Esses sintomas comprometem sua capacidade de reação, o que perpetua o sentimento de subordinação.

As discussões realizadas pela literatura corroboram os dados deste estudo, visto que foi constatado: dentre os tipos de violência, a de maior prevalência é a psicológica (88,8%). Perpetrada, em sua maioria, através de ameaça (60,4%), sendo o autor em 91% dos casos do gênero masculino, que possuía vínculo afetivo/amoroso com a vítima.

Os prejuízos psicológicos causados pela violência foram averiguados, uma vez que

13% dos casos (35 mulheres) apresentaram condições de sofrimento mental (diagnóstico), tendo a depressão, a ansiedade e o transtorno bipolar como destaque. Submetida a todas essas violências e pressões, a mulher apresenta sintomas psiquiátricos, sente-se física e psicologicamente mal. Procura muitas vezes solucionar "seu" problema através da medicação. Contudo, não há remédio para curar um problema cultural, político e socioestrutural (Blay, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo atingiu o objetivo proposto, uma vez que foi procedida a análise dos dados do CRMEB, caracterizando o perfil demográfico e social das usuárias em situação de violência doméstica, familiar e/ou sexual. Por sua vez, o problema norteador da pesquisa foi respondido, pois constatou-se notório o contexto de vulnerabilidade social e econômica dessas mulheres.

No âmbito da divisão sexual do trabalho, no mundo do trabalho formal assalariado, essas mulheres estão majoritariamente exercendo atividades domésticas ou de cuidado, cuja remuneração é menor. A vivência das mulheres é intercruzada pela dominação e exploração do sistema patriarcal-racista-capitalista que se apresenta por meio da desigualdade de acesso, de oportunidades e de inserção no mundo do trabalho.

As usuárias sofreram diversas violências, destacando-se entre elas a mais danosa: a psicológica. Com isto, desenvolvem, em algum nível, consequências negativas à sua saúde (podendo ser mental ou físico). Portanto, a violência sofrida pelas mulheres é consequência da interseccionalidade entre gênero, classe social, raça, território, situação no mundo do trabalho, dentre outros. De modo que as categorias apresentadas são indissociáveis, criando uma interface através da qual se consubstanciam as desigualdades e opressões cruzadas.

Nesse panorama, é urgente fomentar discussões sobre violência, saúde mental e relações sociais desiguais de gênero a fim de *desconstruir* compreensões simplificadas acerca de um fenômeno social tão complexo. Nesse sentido, a efetivação das políticas públicas de enfrentamento à violência é necessária para que se dê, no plano individual o rompimento do ciclo da violência, no plano social a equidade e a justiça de gênero, e no campo da saúde a integralização da qualidade de vida destas mulheres.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.
- Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. **Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público brasileiro**, 2018.
- Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres – PNEVCM**. (Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres: Brasília, 2011
- BARROSO, M. F. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social & Sociedade**, p. 446-462. 2018.
- BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BLAY, E. A. **Feminismos e Masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- BONA, C. **Dependência Econômica e Violência Doméstica: o duplo grau de vulnerabilidade das mulheres e as políticas públicas de trabalho e renda**. [Dissertação de Mestrado], Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, 2019.
- BRITO, J. C. S. **A Saúde Mental de Mulheres em Situação de Violência Doméstica**. [Dissertação de Mestrado], Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), 2020.
- BRUNI, A. L. **SPSS guia prático para pesquisadores**. São Paulo: Atlas, 2012.
- CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- CISNE, M. & SANTOS, S. M. M. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- COLLINS, P.H. & Bilge, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- EFREM FILHO, R. **Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território**. [Tese de Doutorado], Universidade Estadual de Campinas, 2017.
- PARIZOTTO, N. R. Menino veste azul, menina veste rosa? Violência e divisão sexual do trabalho. Revista **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 17, n. 43, 2019.
- Oliveira, A.C.G. A. **Invisibilizadas na vida e na morte: "transfeminicídio" em João Pessoa de 2016 a 2020**. [Tese de Doutorado], Universidade Federal da Paraíba, 2022.
- RIBEIRO, D., NOGUEIRA, C. & MAGALHÃES, S. I. **As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro**. Ministério Público da Bahia, 2021.
- SANTOS, A. P. **DE MÃE PARA FILHA: a transmissão da violência doméstica entre gerações e a trajetória de vitimização entre mulheres**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.